

Discurso na cerimônia de assinatura de contratos de concessões para construção e exploração de novas usinas hidrelétricas

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE ABRIL DE 2002

Senhor Ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Gomide – é a primeira aparição pública do Ministro depois que foi nomeado; Ministro Pedro Parente, que faz a 90ª aparição pública depois da crise de energia; meu caro amigo Governador Siqueira Campos, do Tocantins; Doutor José Mário Abdo, da Aneel; Parlamentares presentes; Concessionários; Senhoras e Senhores,

Enquanto estávamos assistindo às assinaturas, eu estava pensando: já foram, nesses últimos anos, tantas assinaturas de contratos – contratos de energia, contrato de gás, contrato de petróleo – que se tornou quase rotina a assinatura de contratos de obras de vulto muito grande e cujos efeitos vão se fazer notar no decorrer do tempo. Não se trata de uma coisa que apareça de repente.

Há um conjunto tão grande de realizações em marcha que, certamente, apraz ver um Brasil que, com todas as dificuldades que existem pelo mundo afora, continua firme, crescendo, acreditando no seu futuro e trabalhando.

É claro que, para que isso ocorresse, foi necessário também que houvesse uma série de esforços preliminares – esforços, primeiro, legis-

lativos, como a lei de concessões, que é uma coisa antiga e de que tenho um grande orgulho, porque fui o autor dela, quando era Senador. E foi preciso eu ser Ministro da Fazenda e Presidente da República para poder aprovar essa lei. Levou 5 ou 6 anos tramitando no Congresso, porque era uma lei complexa e precisava realmente de muito entendimento. Mas foi a base para que pudéssemos ter, hoje, essa enorme quantidade de realizações e para que pudéssemos ver, como disse aqui o Ministro Gomide, que hoje existe uma cooperação, uma parceria entre o setor público e o setor privado, uma parceria na qual o setor público concede, o setor privado paga e constrói e, depois, se for feliz, vai receber de volta o seu dinheiro com cresces.

Para que isso ocorresse, foi necessário haver uma modificação na lei, porque a Constituição havia permitido, havia aberto essa brecha, mas não houve regulamentação. Essa é a razão pela qual, como muitas vezes o Doutor José Mário Abdo me fez ver, houve certa paralisação nas obras; porque não havia modo de fazer. Havia o ditame constitucional e não existia, ainda, a lei complementar que desse curso à nova filosofia que estava sendo abençoada pela Constituição. Levou tempo. Por isso, quando se olha o investimento nas hidrelétricas, no setor energético em geral, há um momento de paralisação. Essa paralisação tem a ver, também, com a falta de um diploma legal que permitisse a nova forma de organização da concessão do serviço público.

Mas tem a ver, também, como já foi dito pelo Doutor Gomide, com muitas mudanças. Uma foi a mudança havida dentro do próprio sistema estatal, do Governo, que foi acelerada, é bom dizer, pela crise de energia. Na verdade, a crise propiciou que houvesse uma revisão, que demandou o entusiasmo do Doutor Pedro Parente – todos reconhecem isso e acabou de ser reconhecido aqui pelo Doutor Gomide, que foi quem, realmente, coordenou esses esforços.

Mas não foi só isso. Houve a compreensão do Ministro José Jorge, nomeado no mesmo momento em que apareceu a crise de energia. Quando ele foi nomeado, nem ele nem eu sabíamos que ia ocorrer tão rápido um problema daquela magnitude. O Ministro José Jorge teve a

compreensão da situação, cooperou ativamente e permitiu que houvesse, no seu Ministério, uma transformação de vulto.

Agora, ele deixou o Ministério, por razões alheias à minha vontade e à dele também, mas deixou aberta, aí, uma porta imensa para que o Ministério voltasse a ter a capacidade, que nunca devia ter perdido, de delinear planejamento, de ver objetivos, de controlar de maneira mais eficaz, do ponto de vista macroeconômico, o que estava acontecendo na área de energia.

E deveu-se, também, como já disse o Doutor Gomide, à cooperação de muita gente, como o Doutor Euclides Scalco, o Engenheiro Castelo Branco, o próprio Doutor Gomide – são inúmeros –, o Doutor Mário Santos. Aqui há muita e muita gente que participou desse esforço, sem o que nós não poderíamos ter visto, de novo, a possibilidade de o setor energético retomar um rumo, e um rumo que eu espero seja mais consistente com os objetivos nacionais de crescimento econômico e, também, de uma regulação mais estável.

Não é fácil mudar a regulação. Estamos fazendo esforços grandes para ajustar vários itens do setor energético – não só hidrelétrico, mas energético – no Brasil. Hoje, temos, já, a possibilidade de sinais de alerta com dois anos de antecipação, coisa que não tínhamos antes.

Nós sempre acreditávamos – como o próprio Papa, que disse que era carioca porque Deus é brasileiro –, sempre achamos, também, que somos todos cariocas – e sou mesmo –, que as coisas vão acontecer bem, que Deus é brasileiro e, portanto, não vai parar de chover. Mas parou. Só que Ele é brasileiro mesmo, porque voltou a chuva com força neste ano. Isso permitiu também que, junto aos esforços que vinham sendo desenvolvidos, houvesse uma retomada de maior tranquilidade nesse setor.

Acho que todos aqui estão convencidos da importância do setor energético, especificamente da parte de hidrelétrica na matriz brasileira. Mas todos sabemos que ela tem também alguns inconvenientes, um dos quais é isso, porque, de alguma maneira, as chuvas e o uso – ou o mau uso – dos reservatórios constituem limites para que possamos, efetivamente, dispor da energia necessária para o Brasil continuar a se transformar.

Mas, dado o grau de consciência a que se chegou e, sobretudo, àquilo que não foi surpresa – a reiteração da capacidade que tem o povo brasileiro de compreender nos momentos de dificuldades e de agir em consequência, que foi o que aconteceu com o racionamento, que foi realmente extraordinário –, hoje saímos dessa crise com mais confiança na nossa capacidade de superar dificuldades.

Devo dizer, especialmente aos senhores empresários, que recebo, naturalmente, muita gente do mundo todo. Nesses últimos tempos e mesmo durante a crise de racionamento de energia e tudo o mais, recebi representantes de grandes empresas do mundo, algumas dos Estados Unidos. E mais de uma dessas empresas afirmou que, na verdade, estava confiante no Brasil e ia continuar investindo – fazia uma comparação que não vou repetir, porque não fica bem comparar o Brasil com países estrangeiros em benefício do Brasil. Mas eles, que são estrangeiros – alguns são até americanos –, fizeram a comparação e disseram que o modo pelo qual o País resolvia seus problemas mostrava maturidade, não apenas dos empresários e do Governo, mas da sociedade, permitindo, realmente, que houvesse um clima de entendimento. E, apertando o cinto, se conseguiu ultrapassar as barreiras que estavam presentes até aquele instante.

É, portanto, com grande gosto que vejo, agora, aqui, essa quantidade imensa de usinas, adicionando potencial de energia. Já fizemos muitas outras e há muitas outras em andamento. Não sei exatamente quantas usinas hidrelétricas há em construção no Brasil. Mas devem ser o quê? Quinze, vinte, algo assim, nesse momento, por aí – não são muitos os países capazes disso –, fora as 30 térmicas. fora a energia eólica, fora o fato de se trazer o gás para cá. Enfim, muita coisa, ao mesmo tempo, que acho que mostra a vitalidade deste país.

Então, quando via essas assinaturas todas, eu ficava pensando nisso, nesse movimento. Também pensava uma coisa: hoje, aqui, se inovou, porque, normalmente, não se faz assinatura por assinatura e há muitos aplausos; aqui, o aplauso foi só no fim. E acho que foi um exercício de ginástica, para levantar e sentar, levantar e sentar; nós cinco, aqui, fazendo um pouco de ginástica para diminuir a barriga. O Governador

Siqueira Campos disse que foi por ele, para dar uma satisfação ao homem que vai ser o maior beneficiário dessas hidrelétricas todas, porque algumas das grandes aqui são do Tocantins. E o Tocantins merece. Merece porque o Governador tem feito um trabalho extraordinário de energização do Estado. É um estado que tem uma vitalidade imensa.

A preocupação que ele me transmite é exatamente, Senhor Ministro Gomide, no sentido de que é fundamental para o Estado – e digo o Estado de Tocantins porque está presente o Governador e porque ele merece –, mas é fundamental para muitas outras partes do Brasil também, que essas promessas sejam levadas adiante no prazo previsto, com todo o respeito ao meio ambiente. É necessário que não haja também obstáculos excessivos, muitas vezes por uma quase birra para evitar que as obras possam prosseguir. Sou ambientalista. Sou totalmente favorável ao respeito ao meio ambiente. Mas é preciso que haja, também, o respeito às necessidades do povo brasileiro. E vejo que, muitas vezes, a demora não tem razão de ser. É simplesmente uma questão de “empurra para cá, empurra para lá”, vai um procurador aqui, um juiz ali, uma ONG acolá. Está bem. Temos liberdade. É para isso mesmo. Mas é um problema de consciência. Chega um momento em que a gente diz: “Meu Deus, como querem que este país alimente seus filhos, dê trabalho a seus filhos?” Os mesmos que gritam, pedindo mais emprego e reclamam que o Governo tem que fazer mais para dar emprego não deixam que haja obras que permitam o crescimento do emprego. Alguma contradição está aí presente, não podemos aceitá-la sem discutir, discutir com um pouco mais de profundidade, para ver de que maneira, racionalmente, respeitando, naturalmente, o meio ambiente, se possa dar vazão às obras.

Nós vamos ter, agora mesmo – e vamos fazer –, uma obra muito importante, que é Belo Monte e que já estamos, aí, encaminhando, já existe uma comissão. Quero fazer a licitação no meu Governo. Já sei que existem objeções aqui, ali e acolá. O projeto já foi feito e refeito e, agora, chegou a um grau de racionalidade aceitável. Acho que caberia também um apelo àqueles que vão tomar decisões, independentemente do Governo, nessa matéria, para que façam suas considerações, aperfei-

çoem, obriguem os empresários e o Governo a atenderem melhor os reclamos das populações locais, porque elas têm que ser atendidas. Que nos obriguem a cumprir à risca a legislação ambientalista, mas não paralitem o País. O País tem fome de energia, porque tem fome de crescimento.

Eu não queria me estender mais. Quero felicitar os senhores que assinaram os contratos, a Aneel, que levou adiante esses processos licitatórios, desejar ao novo Ministro de Minas e Energia, com a competência que todos reconhecem nele, que leve os procedimentos de transformação, na área energética, a bom termo, como tenho certeza de que vai levar. E que o Doutor Pedro Parente continue ajudando todos nós a cumprirmos, aqui, a nossa missão com essa pertinácia. Eu digo, sempre, de brincadeira: “A única coisa de que o Pedro não gosta é de trabalhar.” Mas é brincadeira, porque poucos trabalham tanto quanto ele, e me obriga, às vezes, a trabalhar. E eu já não estou mais em idade de muito esforço.

Muito obrigado.